



UNITED NATIONS  
UNIVERSITY  
**UNU-WIDER**

Documento de Trabalho WIDER 2018/113

## **Que perspectivas tem Moçambique de diversificar a sua economia com base no 'conteúdo local'?**

Evelyn Dietsche<sup>1</sup> e Ana Maria Esteves<sup>2</sup>

Setembro de 2018

**Resumo:** Nos últimos anos, Moçambique foi notícia a nível internacional devido à descoberta de significativos depósitos de hidrocarbonetos ao largo da sua costa. Estes depósitos aumentaram as dotações de recursos extractivos do país, além do seu sector de exploração de recursos mineiros e de gás natural *onshore*. Espera-se que estas indústrias contribuam para a diversificação económica e o desenvolvimento social, nomeadamente através da aquisição de bens e serviços produzidos localmente e da contratação de moçambicanos. Um factor-chave para alcançá-lo é a criação de capital nacional — nas pessoas, instituições e infra-estruturas. Ao olhar para o ambiente político, este artigo argumenta que são extremamente desafiantes as perspectivas de o ‘conteúdo local’ proporcionar a ligação entre as indústrias extractivas e a diversificação económica da economia local. O país precisa urgentemente de mudanças institucionais que apoiem o desenvolvimento do sector privado de forma mais abrangente e focada nas zonas rurais.

**Palavras-chave:** recursos naturais, indústrias extractivas, diversificação económica, conteúdo local, responsabilidade social empresarial

**Classificação JEL:** E61, L52, L71, L72, O19, O25, O55

**Agradecimentos:** Os autores gostariam de agradecer a Alan Roe, Tony Addison e Finn Tarp pelas suas preciosas sugestões nas versões preliminares. Um grande agradecimento a Emmy Bosten, Américo Brás Carlos, Salvador Mondlane, Mauro Celestino Pedro, Vera Ogorodnikova e Cloé Ribas pelos seus contributos para os estudos MAGTAP que serviram de base à Secção 4 deste artigo.

---

<sup>1</sup> UNU-WIDER, Helsínquia, Finlândia, autora para correspondência, [evelyn.dietsche@dietschepolicy.com](mailto:evelyn.dietsche@dietschepolicy.com); <sup>2</sup> Community Insights Group, Groningen, Países Baixos.

Este artigo foi preparado para ser incluído numa série de estudos com o título ‘Natural Resources, structural change, and industrial development in Africa’ [Recursos naturais, mudança estrutural e desenvolvimento industrial em África], no âmbito de um projecto de investigação mais alargado do UNU-WIDER intitulado ‘Jobs, poverty and structural change in Africa’ [Empregos, pobreza e mudança estrutural em África].

Copyright © UNU-WIDER 2018

Informação e pedidos: [publications@wider.unu.edu](mailto:publications@wider.unu.edu)

ISSN 1798–7237 ISBN 978-92-9256-555-8

Documento preparado por Gary Smith.

O Instituto Mundial de Investigação em Economia do Desenvolvimento da Universidade das Nações Unidas (UNU-WIDER) disponibiliza análise económica e consultoria política para promover um desenvolvimento sustentável e equitativo. O Instituto iniciou a funcionar em 1985 em Helsínquia, na Finlândia, e foi o primeiro centro de investigação e formação da Universidade das Nações Unidas. Hoje em dia representa uma combinação única entre *think tank* [grupo de reflexão], instituto de investigação e agência das Nações Unidas, disponibilizando um leque de serviços que vão da consultoria política a governos até à investigação original disponível gratuitamente.

O Instituto é financiado através de um fundo de dotação, com contribuições adicionais para o seu programa de trabalho provenientes da Finlândia, Suécia e Reino Unido, e contribuições destinadas a projectos específicos provenientes de um conjunto de doadores.

Katajanokanlaituri 6 B, 00160 Helsínquia, Finlândia

As perspectivas expressas neste artigo são da responsabilidade das autoras e não reflectem necessariamente as perspectivas do Instituto ou da Universidade das Nações Unidas ou dos doadores de programas/projectos.

## 1 Introdução

Moçambique chamou a atenção da comunidade internacional de energia por causa dos significativos sucessos de exploração alcançados desde 2010 ao largo da costa da Bacia do Rovuma, na linha costeira a norte do país. Contudo, antes destes sucessos, o sector dos recursos extractivos já tinha ganho impulso através da liberalização da economia no final da década de 1990 e da entrada de actores regionais de energia no sector de exploração de petróleo e gás terrestre. A empresa sul-africana de energia SASOL tem estado a produzir e exportar gás natural dos blocos terrestres de Pande e Temane na Bacia de Moçambique desde cerca de 2004 (ILPI 2013). Além disso, tem havido investimentos na exploração da capacidade hidroeléctrica do país para produzir alumínio a partir de matéria-prima importada e para produzir o carvão e outros recursos minerais existentes no país.

Há expectativas consideráveis de que o sector extractivo vá contribuir para o desenvolvimento económico e social através da aquisição de bens e serviços produzidos localmente e da contratação de moçambicanos. Por exemplo, Sutton et al. (2015: 10) sugerem que ‘a indústria do gás *offshore* oferece a Moçambique uma oportunidade única de aumentar a capacidade industrial do país através da integração de empresas locais na rede de abastecimento das empresas multinacionais. Ao olhar para o ambiente político, este artigo argumenta que as perspectivas de o ‘conteúdo local’ estabelecer a ligação entre as indústrias extractivas e a economia local são extremamente desafiantes.<sup>1</sup> Melhorar a vida do moçambicano comum vai obrigar a muito mais do que apenas um sector de recursos naturais próspero.

Artigos anteriores do UNU-WIDER salientaram que a maior parte dos moçambicanos continua a sobreviver com meios rurais de subsistência, ‘trabalhando na agricultura, pecuária, florestas e pescas, usando tecnologia tradicional manual e de baixa produtividade’ (Cruz e Mafambissa 2016: 1). Ao mesmo tempo, o país é conhecido pelos seus mega projectos de financiamento estrangeiro que exportam recursos naturais e que existem lado a lado com um sector privado formal muito pequeno, dominado por micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).<sup>2</sup> De acordo com o *African Economic Outlook* de 2016, 99 por cento de todas as empresas moçambicanas são geridas por empresários em nome individual ou são microempresas com menos de cinco colaboradores (AfDB et al. 2016). O sucesso na atracção de investidores estrangeiros para os mega projectos não foi correspondido com igual sucesso na transformação da economia interna: para muitos cidadãos, as condições de vida praticamente não melhoraram. O outro lado da abordagem do país à política industrial de apoio a mega projectos de financiamento estrangeiro é que esta política não conseguiu lidar com constrangimentos mais fundamentais ao desenvolvimento do sector privado nacional, sobretudo em relação aos recursos naturais não extractivos e ao (agro)processamento destes recursos internamente.

Até meados da década de 2000, o país caminhava em grande medida na direcção certa, ou pelo menos assim parecia. Depois de alcançar a independência de Portugal em 1975, Moçambique

---

<sup>1</sup> Ver Dietsche (2014, 2017) para uma discussão mais abrangente desta questão.

<sup>2</sup> Sutton et al. (2015) constataram que 13 empresas representam três quartos das receitas de exportação do país. Mais de 60 por cento destas receitas são provenientes de quatro indústrias principais e uma única empresa domina em cada indústria: alumínio (Mozal); electricidade (Hidro); minério (Kenmare); e gás (SASOL). A análise realizada por estes autores a uma amostra ‘estratificada’ de 40 empresas dominantes sugere que cerca de um terço são de origem estrangeira, um terço são *startups* industriais que datam do período pré-independência, e um terço são *startups* industriais pós-independência.

passou por várias mudanças fundamentais. Inicialmente, tentou uma economia centralizada na linha dos princípios nacionalistas e socialistas, mas depois mudou para uma economia de mercado em meados da década de 1980. O país viveu igualmente uma guerra violenta que durou quase duas décadas, tendo-se depois voltado para a paz quando as duas partes opostas, FRELIMO e RENAMO, assinaram o Acordo Geral de Paz de Roma em 1992. As eleições realizadas em 1994 marcaram a introdução de uma democracia presidencial multipartidária, em substituição do sistema de partido único adoptado na altura da independência.<sup>3</sup> Esta evolução deu a impressão de que o país estava em vias de alcançar uma mudança socioeconómica.<sup>4</sup> As taxas de crescimento económico eram impressionantes e presume-se que foram impulsionadas pela capacidade de atrair investimento estrangeiro.<sup>5</sup>

Contudo, a perspectiva económica mais recente mostra uma imagem muito diferente: o país enfrenta um colapso fiscal que se materializou antes de ter arrancado o esperado auge do seu sector de recursos extractivos. Isto coloca um travão sério nas perspectivas de que os seus hidrocarbonetos e outros recursos extractivos significativos contribuam para a diversificação da economia e retirem da pobreza o moçambicano comum — sobretudo se se tiver em conta que se pensa que estas perspectivas provêm principalmente de um reinvestimento sábio das receitas geradas pelo sector.

A questão levantada por esta situação é a seguinte: que opções restam ao governo em exercício para garantir que o moçambicano comum vai beneficiar do sector ao longo da próxima década — e não apenas no final da década de 2030, quando, realisticamente, o país poderá finalmente ver um aumento significativo nas receitas fiscais provenientes *directamente* do sector?

O artigo começa com uma introdução ao país e com a perspectiva geralmente positiva do seu sector de recursos extractivos, além de um breve resumo da sua situação fiscal. Perante este cenário, o artigo chama a atenção para alguns aspectos do ambiente político que são relevantes para a proposição de que o país pode diversificar a sua economia interna, gravemente distorcida, com base no aumento iminente do seu sector do gás natural e dos recursos extractivos alargados. Na secção final faz-se um resumo.

## 2 O país e as suas indústrias extractivas

Não há dúvida de que Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo. Com um produto interno bruto (PIB) de \$12,35 biliões de dólares e um PIB *per capita* de \$1.300 dólares, o país está em 222.º lugar num ranking de 229 países.<sup>6</sup> No Índice de Desenvolvimento Humano, está em 181.º lugar num ranking de 188 posições, partilhando o lugar com o Sudão do Sul e mais abaixo do que a República Democrática do Congo (DRC) (PNUD 2016). Cerca de dois terços da população vivem em zonas rurais maioritariamente remotas e sobrevivem à base de meios de subsistência. Entre os 28 milhões de habitantes do país, cerca de dois terços têm menos de 25 anos

---

<sup>3</sup> Ver Addison (2003), onde se encontram vários capítulos sobre as dinâmicas que sustentam as transições económicas e políticas de Moçambique, passando de uma economia centralizada para uma economia de mercado e da guerra para a paz, e os potenciais desafios já previstos no início da década de 2000.

<sup>4</sup> Ver Hanlon (2017) para uma análise crítica destas evoluções e do papel que os doadores desempenharam.

<sup>5</sup> Ver também Roe (2018a).

<sup>6</sup> Ver [www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mz.html](http://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mz.html) (acedido a 12 de Março de 2018).

de idade.<sup>7</sup> Os que vivem em zonas urbanas estão concentrados maioritariamente em torno de Maputo (cerca de 1,2 milhões) e da Matola (cerca de 0,9 milhões). Apenas cerca de um terço do emprego urbano é considerado formal (Orre e Rønning 2017).

O país tornou-se independente em 1975, na sequência de uma luta pela libertação que durou uma década e pôs fim a quatro séculos de domínio português. Dois anos após obter a independência, o país entrou numa guerra política violenta e economicamente devastadora. Os indicadores individuais de desenvolvimento humano melhoraram desde que a guerra terminou em 1992, mas o país teve início num nível muito baixo e continua abaixo da média da África Subsaariana. Em 2015, a percentagem da população com pelo menos alguma escolaridade ao nível do ensino secundário era de apenas 2,8 por cento entre as mulheres e 8,0 por cento entre os homens, por comparação com a média da África Subsaariana de 25,3 e 33,9 por cento, respectivamente (PNUD 2016). A taxa de inscrição no ensino secundário ainda se situa bem abaixo dos 20 por cento e quase metade da população acima dos 15 anos de idade é considerada analfabeta.<sup>8</sup>

É claro que, para melhorar o seu capital humano, o país precisa de equilibrar os mega projectos existentes e futuros com investimento em capital nacional para impulsionar a sua economia interna. Isto coloca um desafio sério ao sector público, porque o que pode ser bom (suficiente) para os projectos de grande capital não é suficiente para criar os recursos humanos e institucionais necessários para apoiar uma economia mais diversificada, apesar de rural.

Em contraste com este panorama social desafiante, a perspectiva de longo prazo para o sector de recursos extractivos do país mantém-se distintamente positiva por três razões.<sup>9</sup> Em primeiro lugar, desde 2010 que Moçambique tem sido notícia a nível internacional por causa dos sucessos de exploração alcançados ao largo da costa da Bacia do Rovuma, na província de Cabo Delgado:

- A empresa italiana ENI (25 por cento) — em parceria com a ExxonMobil (25 por cento), a CNPC (20 por cento), a Galp Energia (10 por cento), a Kogas (10 por cento) e a empresa petrolífera estatal moçambicana ENH (10 por cento) — está a construir instalações de *gás natural liquefeito flutuante* (FLNG na sigla inglesa) com uma capacidade de 3,4 mtpa (milhões de toneladas por ano) para comercializar os primeiros 5 Tcf (triliões de pés cúbicos) dos 16 Tcf avaliados de gás recuperável da Área Offshore 4. De acordo com um comunicado de imprensa da ENI, estas são as primeiras instalações de FLNG a serem construídas na África Subsaariana, e apenas as terceiras a nível mundial.<sup>10</sup> As instalações estão a ser construídas pelas empresas TechnipFMC e JGL Corporation, e espera-se que fiquem concluídas aproximadamente no ano 2022.
- A empresa norte-americana Anadarko (26,5 por cento) — em parceria com a Mitsui (20 por cento), a empresa estatal ENH (15 por cento), a Videsh (16 por cento), a Bharat PetroResources (10 por cento), a PTT E&P (8,5 por cento) e a Oil India (4 por cento) — está a trabalhar para uma decisão de investimento final na construção de uma fábrica de

---

<sup>7</sup> Ver também [http://databank.worldbank.org/data/views/reports/reportwidget.aspx?Report\\_Name=CountryProfile&Id=b450fd57&tbar=y&ddd=y&inf=n&zm=n&country=MOZ](http://databank.worldbank.org/data/views/reports/reportwidget.aspx?Report_Name=CountryProfile&Id=b450fd57&tbar=y&ddd=y&inf=n&zm=n&country=MOZ) (acedido a 12 de Março de 2018).

<sup>8</sup> Ver <http://uis.unesco.org/en/country/mz> (acedido a 21 de Março de 2018).

<sup>9</sup> Estas são resumidas, por exemplo, pela Cooperação Alemã (2018).

<sup>10</sup> Ver comunicados de imprensa em: [www.eni.com/en\\_IT/media/2017/06/eni-launches-coral-south-project-in-mozambique?lnkfrm=asknow](http://www.eni.com/en_IT/media/2017/06/eni-launches-coral-south-project-in-mozambique?lnkfrm=asknow) (acedido a 21 de Março de 2018).

*gás liquefeito natural* (LNG na sigla inglesa) em terra, para produzir 75 Tcf de gás recuperável que se avaliou que a Área Offshore 1 contém.<sup>11</sup>

Embora o desenvolvimento dos blocos acima referidos tenha levado mais tempo do que o inicialmente esperado, o sector continua a evoluir e a um ritmo mais rápido do que noutros países da região.

Em segundo lugar, desde 2004 que a empresa de energia sul-africana SASOL tem estado a produzir e a processar gás natural em terra, na província de Inhambane a sul. A maior parte deste gás tem sido exportado para a África do Sul, onde é usado sobretudo como matéria-prima da indústria química. Algum gás é também vendido aos mercados em Moçambique, onde é maioritariamente usado para geração de electricidade, abrangendo cerca de 20 por cento da procura no país. Embora não estejam na mesma categoria que os desenvolvimentos na Bacia do Rovuma a norte, os investimentos iniciais da SASOL nos blocos anteriormente abandonados de Pande e Temane, na Bacia de Moçambique, contribuíram para que o país aprendesse como funciona o sector do petróleo e do gás e para que se desenvolvesse o enquadramento jurídico e regulamentar que governa o sector.<sup>12</sup> Além disso, os interesses da SASOL localizam-se ao longo do Corredor de Desenvolvimento de Maputo que liga o porto de águas profundas em Maputo às províncias sul-africanas de Gauteng, Northwest, Limpopo e Mpumalanga, e a Gaborone no Botswana (Östensson 2017).

Em terceiro lugar, apesar de já desempenhar um papel significativo na produção global de vários minerais, o sector mineiro de Moçambique ainda é considerado como estando apenas numa fase inicial de desenvolvimento. O seu potencial está em grande medida inexplorado, incluindo depósitos de ouro nas províncias de Niassa, Tete e Manica. Moçambique tem alguns dos maiores depósitos de carvão do mundo, além de depósitos de grafite, minério de ferro, titânio, apatita, mármore, bentonita, bauxite, caulino, cobre e tântalo, que são importantes em termos comerciais.

A Vale, empresa mineira multinacional brasileira, investiu na produção de carvão de coque e desde 2011 que o exporta. As concessões de carvão anteriormente detidas pela Rio Tinto foram compradas pela ICVL (65 por cento) e pela sua parceira Tata Steel (35 por cento) em 2014, e estão agora a produzir e exportar carvão térmico. Os investimentos focados na extracção e no processamento de areias pesadas foram liderados pela Kenmare Resources, pela BHP e outros.

Nas notícias internacionais sobre a exploração mineira, Moçambique também surge como um país posicionado para ganhar com o aumento da procura dos tipos de minerais necessários para a transição global para uma economia de baixo carbono. Várias empresas estão a investir em grafite, esperando-se que a Syrah Resources (australiana) inicie a produção em 2018.<sup>13</sup>

Resumindo, as indústrias de recursos extractivos do país esperam um *boom*. Em teoria, esta deveria ser uma boa notícia para Moçambique. Tal como foi salientado por dois outros artigos do UNU-WIDER relacionados, estas indústrias poderão impulsionar significativamente a economia durante vários anos, se não décadas (Roe 2018a, 2008b). Esta expectativa baseia-se em muita da mesma

---

<sup>11</sup> O *site* do projecto está disponível em: [www.mzlng.com/The-Project](http://www.mzlng.com/The-Project) (acedido a 21 de Março de 2018).

<sup>12</sup> Análises posteriores dos acordos da SASOL negociados com o governo moçambicano levantaram várias questões sobre a ‘justiça’ das condições fiscais e comerciais do início da década de 2000, quando os respectivos blocos de gás descobertos na década de 1960 tinham sido deixados parados durante décadas e o aumento dos preços desde meados da década de 2000 até ao seu pico em 2014 ainda não se tinha revelado. Nessa altura, não era garantido que a produção deste gás seria necessariamente atractiva do ponto de vista comercial.

<sup>13</sup> Ver *Mining Weekly*, 5 de Dezembro de 2017.

lógica que sustentou a actual economia, onde mega projectos orientados para a exportação, financiados e geridos por investidores estrangeiros que exploram os recursos extractivos do país, dominam a economia (Sutton et al. 2015).

Existe em número limitado de empresas igualmente financiadas maioritariamente por capital estrangeiro e envolvidas nas áreas da construção e da indústria ligeira para o mercado interno, incluindo alguns investimentos de grande escala e vários pequenos investimentos que exploram recursos naturais não extractivos (por ex., indústria agroalimentar, açúcar, algodão). O resto da economia é constituída por um portefólio misto de micro e pequenas empresas moçambicanas maioritariamente informais (Lachler e Walker 2018; Orre e Rønning 2017).

A ideia de que a economia moçambicana pode diversificar-se com base no sector dos recursos extractivos parece, *prima facie*, uma premissa bastante teórica e talvez exagerada. Mais realista seria a sugestão de alguns observadores que alegam que, estrategicamente, o país deve equilibrar a sua dependência crescente da extracção e processamento de recursos minerais com um apoio mais proactivo a outras indústrias com maior intensidade de mão-de-obra. Cruz e Mafambissa (2016), por exemplo, argumentam que as ‘indústrias sem chaminé’ [indústrias não fabris e não poluentes] têm muito potencial. E vêem-no como uma possibilidade de o país alcançar competitividade internacional e criar empregos formais e oportunidades de auto-emprego na produção de frutas e legumes, no agro-processamento e em vários serviços transaccionáveis. Uma vez que a maior parte dos moçambicanos vive em zonas rurais, são estas indústrias que podem apoiar o crescimento das MPMEs, produzindo bens e serviços para a procura que é sustentada independentemente e para além do sector do petróleo e do gás. Larcher e Walker (2018) também sugerem que a transformação da economia rural é fundamental para que os moçambicanos beneficiem de melhores empregos no sector privado.

### 3 Enfrentar a crise fiscal

Como Roe (2018b) descreveu detalhadamente, as recentes consultas do FMI ao abrigo do Artigo IV concluíram que as finanças públicas do país estão num estado deplorável (FMI 2018). O rácio da dívida em relação ao PIB disparou para cerca de 130 por cento, quando estava apenas em cerca de 40 por cento em 2012, nomeadamente depois de Moçambique conseguir o alívio da dívida para Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) na década de 1990 (FMI 2018: fig. 4). O défice fiscal anual situa-se agora em 8 por cento do PIB e, nos últimos três anos, o país entrou em incumprimento no seu serviço da dívida. Para reestruturar a dívida pública incorrida junto de credores privados, o governo precisa de acordar um programa respectivo com o FMI e deixar que este supervisione as suas finanças públicas. Invariavelmente, isto significa constrangimentos e novas prioridades da despesa pública.

O lado triste desta história é que, depois de as descobertas de hidrocarbonetos ao largo da costa da província de Cabo Delgado terem passado a ser do conhecimento público, foram feitas projecções abertamente promissoras sobre as receitas futuras do governo provenientes daqueles blocos.<sup>14</sup> Estas projecções basearam-se (1) na assunção de que o desenvolvimento daqueles blocos iria avançar e (2) em palpites mais ou menos informados de quais poderiam ser as condições fiscais negociadas e os prazos dos desenvolvimentos previstos. Além disso, contribuíram para inflacionar expectativas sobre a disponibilidade e o período do financiamento público futuro e

---

<sup>14</sup> Um conjunto destas projecções foi disponibilizado pelo modelo FARI (sigla inglesa para Análise Fiscal de Questões sobre Recursos) do FMI. Estas projecções são discutidas por Roe (2018a, 2018b).

levaram as autoridades públicas a aliviar a prudência fiscal e a reduzir o controlo sobre a gestão financeira.

A dívida pública foi impulsionada (1) pelo aumento da despesa pública e por pesados empréstimos internacionais e nacionais, bem como (2) por empréstimos com garantias públicas que totalizaram \$2,3 biliões de dólares (o equivalente a 20 por cento do PIB do país) e incorridos a partir de cerca de 2013. Estes últimos permaneceram secretos até 2016, quando se verificou que as empresas estatais tinham incorrido nestes passivos juntos de credores comerciais.

Não só estes empréstimos violavam a Constituição do país, mas também os compromissos PPAE e outras garantias fiduciárias incorporadas no sistema de gestão financeira pública.<sup>15</sup> Uma auditoria independente (a chamada investigação Kroll) deu uma boa ideia sobre o que aconteceu nesse curto período de tempo de apenas alguns anos. A dimensão total e do uso de empréstimos secretos — e de quem foram os decisores responsáveis — (ainda) não foram divulgados.

Como Roe (2018b) destacou, políticas monetárias e fiscais apertadas destinadas a repor a sustentabilidade fiscal vão obrigar a reduzir e priorizar novamente a despesa pública ao longo da próxima década. Entretanto, os prazos para o desenvolvimento dos projectos LNG previstos foram adiados várias vezes. Isto sugere que as receitas adicionais dos blocos da Bacia do Rovuma não vão estar disponíveis antes da segunda metade da década de 2020, na melhor das hipóteses. Além disso, se e quando estas receitas começarem a surgir, elas terão destino previsto para fins de redução da dívida. Talvez fosse razoável assumir que o país não deve esperar mais aumentos significativos na receita pública antes da década de 2030.

Para a economia interna, isto significa que o ónus da dívida pública irá sobrecarregar ainda mais o já fraco sector privado local. Os sinais que apontam neste sentido incluem taxas de juro que agora se situam nos cerca de 28 por cento para MPMEs<sup>16</sup> e uma acumulação de pagamentos em atraso por parte do sector público, incluindo o reembolso do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).<sup>17</sup> Um estudo recente já detectou um declínio no *stock* das MPMEs (UNU-WIDER 2018). Assim, se as perspectivas para as MPMEs moçambicanas já não pareciam muito boas antes do colapso fiscal, agora é que certamente não parecem boas.

O ambiente de negócios vai piorar ainda mais se a disponibilização de bens e serviços públicos se deteriorar para níveis ainda mais baixos do que os actuais. Isto vai minar investimentos em capital humano e outras formas de capital nacional, que é precisamente aquilo de que Moçambique precisa desesperadamente (Roe 2018b). Há o risco de um fosso crescente entre as competências e capacidades empreendedoras disponíveis internamente e as que são exigidas pelos projectos de investimento estrangeiro e pelas suas redes de abastecimento (Östensson 2017). Tal perspectiva

---

<sup>15</sup> Ironicamente, avaliações formais da gestão financeira pública moçambicana *de jure* atribuíram notas altas ao país e comentaram os sistemas impressionantes no centro. Contudo, o desempenho *de facto* não correspondeu às expectativas, porque as capacidades político-administrativas no terreno minaram a execução orçamental estabelecida nos orçamentos aprovados e nos planos de despesa a médio prazo. Andrews (2013) faz uma análise político-económica desta situação.

<sup>16</sup> De acordo com o *Estatuto Geral das Micro, Pequenas e Médias Empresas* (Lei n.º 44/2011), as definições das MPMEs em termos de número de trabalhadores são as seguintes: as microempresas têm quatro ou menos trabalhadores; as pequenas empresas têm entre 5 e 49 trabalhadores; e as médias empresas têm entre 50 e 100 trabalhadores.

<sup>17</sup> Ver Further Africa (2018a). Este anúncio advertiu que, no curto prazo, o governo apenas tinha fundos para pagar menos de 20 por cento dos seus pagamentos em atraso acumulados. As empresas afectadas reagiram, avisando para o risco de bancarrota generalizada.



não abona a favor das expectativas de que o ‘conteúdo local’ possa fornecer a solução milagrosa para diversificar a economia.

Para os investidores estrangeiros, a situação fiscal também aumenta a sua percepção dos riscos político-económicos e sociopolíticos. Invariavelmente, eles irão considerar (ou muito provavelmente já consideraram) estes riscos nas contas dos seus projectos, com efeitos multiplicadores nas receitas efectivas que vão (acabar por) ser cobradas ao sector. Vários estudos recentes confirmaram níveis muito baixos de capacidade interna no sector de recursos extractivos e barreiras institucionais nos sectores relevantes para o desenvolvimento daquele sector, como por exemplo a indústria da construção (Cardno 2015; Cruz et al. 2018; Maugeri et al. 2015) e o sector da engenharia e manufactura de metais (Lemos e Scur 2014; Sutton et al. 2015). Isto faz com que as projecções sobre os impactos positivos dos projectos planeados, por exemplo em termos de empregos adicionais, pareçam demasiado optimistas. No mínimo, esses impactos não devem ser considerados como garantidos, mesmo que os modelos económicos e multiplicadores os façam parecer reais. Mais importante é ter um olhar crítico sobre as condições do lado da oferta que vão ser necessárias para que esses impactos se tornem efectivos.

## 4 O ambiente político

Sem receitas adicionais provenientes do sector de recursos extractivos no curto prazo, o ónus reside na melhoria do ambiente político através de formas não monetárias de apoio ao sector privado nacional, para ultrapassar os tempos difíceis que o país enfrenta na próxima década. Isto significa enfrentar as barreiras institucionais que impedem os moçambicanos empreendedores nas zonas rurais de se tornarem mais produtivos e apoiar um número crescente de MPMEs, o que é diferente de ceder às exigências que as elites empreendedoras podem estar a fazer em termos de captarem uma parte da receita dos recursos associadas à produção de recursos extractivos.<sup>18</sup>

Esta secção analisa o ambiente político para diversificar a economia interna com base nas indústrias extractivas. Começa com um breve resumo da trajetória política que levou ao colapso fiscal antes do *boom* e os desafios que o governo em exercício enfrenta. A seguir, analisa-se a abordagem em evolução à política industrial e os seus sucessos em termos de permitir o crescimento das MPMEs nacionais. Finalmente, analisa-se o potencial do ‘conteúdo local’ e do ‘investimento social’ empresarial no apoio à diversificação económica e ao desenvolvimento económico local.

### 4.1 Trajetória política do ambiente político

No período da guerra civil pós-independência de 1975 a 1992, o primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel, manteve o espírito político da altura e organizou o país como um *estado de partido único*. Abraçou as políticas nacionalista e socialista, conduzindo uma economia centralizada com base num plano de longo prazo para a industrialização. Isto incluiu o estabelecimento pela Constituição de 1975 de que todos os recursos naturais pertencem ao Estado. A terra foi nacionalizada e ainda hoje não pode ser propriedade de indivíduos ou organizações, podendo apenas ser adquirida por locação do Estado. Os imóveis de organizações do sector privado (por ex., escolas, postos de saúde) e os imóveis com valor comercial (por ex., habitações

---

<sup>18</sup> Ver Melia (2015) para uma análise comparativa estilizada da economia política moçambicana dos recursos extractivos.

para arrendamento) foram também nacionalizados. Aumentou acentuadamente o número de empresas estatais, muitas das quais ainda existem hoje em dia.<sup>19</sup>

Apenas dois anos após alcançar a independência, o país mergulhou numa guerra violenta, entre o partido de libertação no poder, FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), e o partido da oposição, RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), que na altura era financiado pelo governo branco da Rodésia e mais tarde também foi financiado pelo governo do *apartheid* da África do Sul. Esta guerra durou 17 anos e implicou um custo pesado em vidas humanas, deixando muitas pessoas feridas por minas terrestres, matando cerca de um milhão de pessoas e forçando cinco milhões de moçambicanos a procurarem refúgio nos países vizinhos. Depois de quase duas décadas, o presidente da FRELIMO, Joaquim Chissano, e o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, assinaram o Acordo Geral de Paz de Roma que pôs fim à guerra em 1992.<sup>20</sup>

A transição para uma república presidencial multipartidária de 1992 para 2005 preparou o caminho para que o país mudasse de um modelo económico nacionalista e socialista na era pós-independência para uma abertura gradual da economia ao investimento privado.<sup>21</sup> Um sinal significativo foi o primeiro investimento no sector do petróleo e do gás, quando a SASOL aceitou desenvolver o bloco terrestre de gás anteriormente ‘abandonado’ na província de Inhambane. Quando se realizaram as primeiras eleições multipartidárias em 1994, a transição democrática ocorreu sem pressões de protestos urbanos contra o regime em exercício, ao contrário do que aconteceu na maior parte dos outros países africanos (Bratton e Van de Walle 1997). O então presidente, Joaquim Chissano, venceu as eleições e continuou à frente do governo até 2005. O país alcançou relativa estabilidade política e foi saudado por procurar realizar reformas económicas e no sector público. Neste período também foram dados os primeiros passos no sentido da descentralização do poder político, no espírito do Acordo de Paz de 1992, apesar de isso ser feito de maneira que favoreceu a FRELIMO.

Esta trajectória positiva começou a tornar-se negativa a partir de 2005, quando o presidente Armando Guebuza substituiu Chissano. Na década que se seguiu, Guebuza liderou uma cultura política que favoreceu o poder político centralizado e a consolidação de um capitalismo de elite forte no topo, que alimentou alianças políticas partidárias (Bertlesmann Stiftung 2016; Orre e Rønning 2017). A sua presidência impressionou os observadores pela sua disposição para ceder e exercer poder político através de um sistema de concessão das licenças públicas necessárias a uma elite económica pequena e politicamente bem relacionada (Cruz et al. 2014). Esta oligarquia bem conectada tem sido ávida a captar as rendas associadas à liberalização económica e aos investimentos estrangeiros crescentes nas indústrias baseadas em recursos. Alguns comentadores já se tinham referido à possibilidade de este risco pairar sobre o país, baseando-se na forma como os bens estatais e o capital natural foram privatizados, em especial após a guerra e mesmo antes de Guebuza ter assumido a presidência (Addison 2003).<sup>22</sup> Olhando para trás, parece que a origem da situação fiscal actual teve lugar na época de Guebuza.

---

<sup>19</sup> O relatório de 2018 do FMI refere as empresas estatais deficitárias como um risco para o sector financeiro do país.

<sup>20</sup> Ver vários capítulos em Addison (2003) para mais informações sobre a forma como ocorreu a transição do conflito para a paz.

<sup>21</sup> Hanlon (2017) analisa retrospectivamente e de forma crítica o papel que os doadores tiveram durante esta época e as implicações em relação à actual crise da dívida do país.

<sup>22</sup> Foi Guebuza quem, em 1975, enquanto ministro do interior, foi responsável pela ordem ‘24-20’ que forçou 200.000 residentes portugueses a decidir entre adoptarem a nacionalidade moçambicana ou deixarem o país no prazo de 24 horas com um máximo de 20 kg de bagagem.

As eleições realizadas em Outubro de 2014 passaram a presidência para Filipe Nyusi. Diz-se que ele está a afastar-se do caminho que Guebuza e os seus aliados favoreceram e do estilo de decisão política que estes alimentaram. O primeiro desafio para o governo de Nyusi foi lidar com a situação fiscal e repor a confiança junto dos parceiros de desenvolvimento multilaterais e bilaterais. O segundo desafio foi aliviar as tensões políticas internas que se reacenderam durante a presidência de Guebuza e que até agora Nyusi conseguiu conter com base num cessar-fogo frágil. Perante as eleições locais em Outubro de 2018 e as eleições gerais em 2019, Nyusi está a apostar em dar continuidade à descentralização de poder para resolver esta questão política, pendente desde a década de 1990.<sup>23</sup> No início de Fevereiro de 2018, o governo propôs mudanças constitucionais de redistribuição do poder político ao nível das províncias. O Parlamento Nacional aprovou estas mudanças em Maio de 2018 (Further Africa 2018c). O terceiro desafio consiste em perceber como é que, apesar da difícil situação fiscal e do orçamento restrito a médio prazo, o país pode aproveitar a perspectiva positiva sobre o seu sector dos recursos extractivos e criar capital humano e outras formas de capital nacional de que o país tanto precisa.

## 4.2 Política industrial e desenvolvimento de MPMEs

Analisar a abordagem à política industrial que Moçambique assumiu até à data, e se isso levou ao estabelecimento de ligações entre mega projectos e economia local, pode dar pistas sobre como é que o país pode aproveitar a perspectiva positiva para o seu sector de recursos extractivos.

Ao longo dos anos, foram aplicadas várias políticas, estratégias e planos com o objectivo de alcançar o desenvolvimento industrial e o fortalecimento das MPMEs. Para referir apenas algumas, estas políticas, estratégias e planos incluíram a visionária *Agenda 2025*, que valoriza a boa governação, o capital humano e o desenvolvimento económico e realça a necessidade de os investimentos alcançarem aumentos de produtividade nos sectores da agricultura e pescas. Depois há o *Plano Quinquenal (2015–2019)*, destinado a servir como instrumento de programação a médio prazo para implementar a *Agenda 2025*. Um conjunto de estratégias adicionais incluem a *Estratégia de Desenvolvimento Nacional (2015–35)*, a *Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios* (conhecida como EMAN II), a *Estratégia para as Exportações (2012–17)*, a *Estratégia para o Emprego e a Formação Vocacional (2006–15)*, a *Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Privado (2013–22)* e o *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrícola*. Foi também criado um *Fundo Distrital de Desenvolvimento* para disponibilizar empréstimos e outros serviços financeiros às empresas nas zonas rurais.

Paralelamente, o país considerou uma *Política e Estratégia Industrial (PEI)* como enquadramento geral para fazer crescer e diversificar a economia desde meados da década de 1990. A primeira PEI (1997–2006) foi introduzida no contexto do *Programa de Ajustamento Estrutural*, que orientou o país na adopção de uma abordagem liberal para restabelecer uma economia de mercado. A PEI destacou que o governo e o aparelho do Estado são responsáveis por promover um ambiente

---

<sup>23</sup> Em Outubro de 2013, a RENAMO suspendeu o Acordo Geral de Paz de Roma, em relação ao qual um ponto fundamental de disputa tem sido a descentralização do poder político negociada em 1992. O governo de Guebuza assumiu uma posição forte contra as exigências da RENAMO, enquanto o governo de Nyusi assumiu uma posição mais conciliadora. Mais recentemente, tornou-se menos claro até que ponto a RENAMO continua a ser uma ameaça para a FRELIMO. Durante o período em que este artigo estava a ser escrito, o líder da RENAMO Afonso Dhlakama faleceu, a 3 de Maio de 2018, no seu esconderijo nas montanhas do centro de Moçambique (Further Africa 2018b). Em contraste com as tensões entre FRELIMO e RENAMO, há também a perspectiva de que diferentes facções dentro da FRELIMO representam uma ameaça maior à actual presidência. Desde então foram levantadas questões e preocupações sobre se esta situação vai continuar a minar o frágil acordo de paz, ou se pode desencadear-se uma dinâmica política alternativa.

favorável que disponibilize incentivos atractivos e transparentes aos investidores privados (estrangeiros). Comprovadamente, esta abordagem lançou o país num novo caminho e permitiu os primeiros investimentos em larga escala no sector extractivo, incluindo trazendo para o mercado o gás natural anteriormente ‘abandonado’ da Bacia de Moçambique.

A segunda PEI (2007–15) introduziu várias medidas adicionais para disponibilizar um apoio mais activo à industrialização. Estas medidas incluíram o estabelecimento do *Instituto para a Promoção das Micro, Pequenas e Médias Empresas* (IPEME), atribuindo-lhe a responsabilidade de promover e apoiar as MPMEs. A segunda PEI também promoveu várias zonas de desenvolvimento industrial, incluindo a Zona Económica de Desenvolvimento Acelerado de Nacala, o Parque Tecnológico de Maluana e a Zona de Processamento de Exportação de Beluluane. Esta última localiza-se perto do Corredor de Desenvolvimento de Maputo, onde se localiza a fundição Mozal e fornecedores associados, além de vários outros projectos âncora.<sup>24</sup> A fundição Mozal importa matéria-prima da Austrália e de outras partes do mundo através do porto de águas profundas de Maputo e usa electricidade proveniente da hidroeléctrica de Cahora Bassa para produzir alumínio.

Os observadores têm sido especialmente críticos em relação ao que estas duas PEI alcançaram, pois elas deixaram a economia e o sector manufactureiro numa situação de perdas e ganhos (Cruz et al. 2014, 2016). Embora os investimentos estrangeiros em mega projectos tenham trazido ao país visibilidade internacional e receitas de exportação, eles (ainda) não contribuíram mais substancialmente para as finanças públicas. Por exemplo, a SASOL só se tornou num grande contribuinte fiscal em 2015, depois de ter terminado o seu período de recuperação de 10 anos em 2014. Ao mesmo tempo, é difícil imaginar que a base de contribuintes fiscais se alargou para além das indústrias extractivas, quando as MPMEs estão alegadamente em declínio e o mercado de trabalho não mudou tanto quanto se poderia esperar, dado o crescimento económico registado. Além disso, os desenvolvimentos exclusivos, como por exemplo os vários corredores de recursos e as zonas de desenvolvimento especial, apresentaram, na melhor das hipóteses, resultados mistos (Mtegha et al. 2012).

A terceira e mais recente PEI (2015–24) foi apresentada pelo actual governo. Embora continue a destacar a necessidade de desenvolvimento das MPMEs, reconhece que as duas PEIs anteriores não conseguiram alcançar os resultados esperados.

No âmbito das três PEIs, o Ministério da Indústria e do Comércio (MIC) introduziu uma nova estratégia para o desenvolvimento das MPMEs, encarregando o IPEME e as suas Direcções Provinciais da Indústria e Comércio de a implementarem. Isto inclui alargar o alcance territorial do IPEME para disponibilizar às MPMEs serviços mais localizados através de oito centros de desenvolvimento empresarial (COrEs) e incubadoras de negócios nas províncias de Maputo, Tete, Manica e Cabo Delgado, e nos distritos de Catandica, Chiuta, Caia e Mocuba. A estratégia propriamente dita para as MPMEs inclui cinco prioridades: (1) melhorar o ambiente de negócios; (2) aumentar a capacidade das MPMEs; (3) melhorar o acesso a serviços financeiros; (4) melhorar o acesso aos mercados; e (5) reforçar os mecanismos de monitoria e coordenação. Uma ambição principal é que as MPMEs consigam aproveitar o aumento da procura de bens e serviços produzidos localmente, gerada directa e indirectamente pelos projectos da indústria extractiva.

Além da nova estratégia do MIC para as MPMEs, o actual governo lançou igualmente um novo *Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2015–2030)*. Este é referido como o ‘Projecto

---

<sup>24</sup> Tendo sido inicialmente um empreendimento conjunto liderado pela BHP Billiton, a Mozal Aluminium é agora gerida pela South32 (47,1 por cento), a empresa mineira que se autonomizou da BHP Billiton em 2015. Ver [www.south32.net/what-we-do/places-we-work/mozal-aluminium](http://www.south32.net/what-we-do/places-we-work/mozal-aluminium) (acedido a 29 de Março de 2018).

Estrela' e é liderado pelo Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. O objectivo é melhorar electricidade, serviços bancários, água, infra-estruturas e tecnologias nas zonas rurais.

As ambições definidas na estratégia do MIC para as MPMEs fizeram com que o Projecto de Assistência Técnica para a Actividade Mineira e de Gás Natural em Moçambique (MAGTAP),<sup>25</sup> financiado pelo Banco Mundial, levasse a cabo vários estudos para apoiar a sua implementação. Estes partiram da seguinte questão: que sectores-nicho poderão potencialmente criar oportunidades para as MPMEs locais no sector de exploração mineira, de petróleo e de gás, e onde e até que ponto estas se sobrepõem às prioridades sectoriais definidas pela PEI III?<sup>26</sup> A hipótese por trás desta questão tem sido que faz sentido apoiar a produção local de bens e serviços para a qual também há procura para além da proveniente do sector de recursos extractivos.

O primeiro estudo MAGTAP dividiu as oportunidades potenciais em dois conjuntos de bens e serviços: (1) os que se sobrepõem às cinco indústrias prioritárias que são alvo da estratégia para as MPMEs; e (2) os que incluem os chamados *serviços transversais*, definidos como relevantes não apenas para as cinco indústrias prioritárias, mas para além delas. Estes serviços transversais incluem, por exemplo serviços AVAC (aquecimento, ventilação, ar condicionado), transporte de carga e logística, aluguer, contabilidade e finanças, fornecimento de consumíveis de escritório, e gestão de resíduos.

Os resultados deste exercício são apresentados no Apêndice A. Em resumo, o estudo sugeriu que, pelo menos em teoria, poderá haver oportunidades para que as MPMEs estabeleçam ligação com as indústrias extractivas e outras indústrias com elas relacionadas.

O segundo estudo colocava a questão: até que ponto os constrangimentos levantados pelos estudos existentes sobre MPMEs se aplicam às áreas de nicho identificadas?<sup>27</sup> Um estudo da FinScope (2012) e um estudo da USAID (2013) serviram como referência. Ambos os estudos destacam os factores que minam o desenvolvimento das MPMEs:

- Falta de financiamento, défices de recursos humanos, corrupção, processos públicos e relações entre público e privado ineficientes estão entre os factores mais mencionados que tornam desfavorável o ambiente de negócios e fraca a disponibilização de bens e serviços públicos.<sup>28</sup>
- Factores internos, como por exemplo fraca capacidade organizacional e práticas de gestão frágeis, minam as capacidades das MPMEs de corresponderem aos padrões de qualidade, de alcançarem a certificação e de melhorarem as tecnologias aplicadas.

Ao realizar entrevistas a cerca de 100 MPMEs, este estudo foi mais fundo na identificação das áreas de nicho. Com base nisso, concluiu que, nos dois conjuntos de bens e serviços em que se focou o primeiro estudo, há dois grupos de MPMEs que enfrentam constrangimentos ligeiramente diferentes:

---

<sup>25</sup> Ver Banco Mundial (2018). O objectivo geral do MAGTAP é fortalecer a capacidade e os sistemas de governação de instituições-chave, gerindo diferentes aspectos do sector de recursos extractivos.

<sup>26</sup> Ver Community Insights Group & EnergyWorks (2017a).

<sup>27</sup> Ver Community Insights Group & EnergyWorks (2017b).

<sup>28</sup> O estudo das MPMEs apoiado pelo UNU-WIDER realizado em 2017 também refere estes factores (UNU-WIDER 2018).

- O primeiro grupo inclui MPMEs que disponibilizam serviços que requerem um nível mais elevado de sofisticação na gestão. O Apêndice B coloca estes serviços no Grupo A, que inclui (a) serviços especializados de geologia, laboratório e gestão de resíduos; e (b) serviços de logística e manutenção de transportes. As empresas moçambicanas que disponibilizam estes serviços tendem a ser um pouco maiores e correspondem mais frequentemente à definição de empresas médias.
  - Para este grupo, as boas notícias são que, apesar de as suas capacidades de gestão ainda não serem o que deviam para as qualificar como *fornecedores certificados* das indústrias extractivas, elas estão mesmo assim suficientemente perto de garantir intervenções direccionadas que as levem a consegui-lo.
- O segundo grupo (Grupo B) inclui MPMEs que disponibilizam um conjunto diverso de bens e serviços, incluindo bens e serviços complementares como por exemplo materiais de construção, equipamento de acampamento, produtos químicos, e equipamento AVAC, além de *serviços transversais* mais gerais apresentados na lista do Apêndice A. As empresas moçambicanas que disponibilizam estes bens e serviços tendem a ser mais pequenas e menos sofisticadas, incluindo microempresas que disponibilizam qualquer coisa, desde serviços de *catering* a consumíveis de escritório, serviços de contabilidade e finanças, e serviços de consultoria especializada.
  - Este grupo beneficiaria sobretudo de apoio ao desenvolvimento básico e geral da empresa, por oposição a procurar qualificar estas empresas como *fornecedores certificados*, ao contrário das empresas de serviços incluídas no Grupo A.

Concluindo, o dilema é que, para estes dois grupos construir ligações com as indústrias extractivas, as empresas precisariam de diferentes conjuntos de intervenções políticas: as empresas de serviços classificadas como Grupo A precisariam de apoio muito direccionado do lado da oferta para alcançarem a meta do estatuto de *fornecedor certificado*. Do lado da procura, as determinações de conteúdo local poderiam possivelmente complementar este apoio. Entretanto, as empresas de bens e serviços classificadas como Grupo B estão muito mais longe de conseguirem fornecer *directamente* os operadores principais e os seus adjudicatários principais. Permitir que estes tipos de empresas beneficiem de possíveis ligações *induzidas* será alcançado mais facilmente através do apoio mais geral às MPMEs e em todos os sectores. Contudo, as políticas, as estratégias e os planos com os quais os governos anteriores tentaram apoiar o desenvolvimento das MPMEs não foram particularmente eficazes, sobretudo em relação a essa parte da economia que mais interessa à maioria dos moçambicanos. Os esforços tentados até à data não parecem ter lidado com constrangimentos mais fundamentais que minam o desenvolvimento económico e social de base rural.<sup>29</sup> Isto levanta a questão sobre se esforços mais recentes, criados no contexto do *boom* de recursos iminente, poderão fazer a diferença.

### 4.3 Conteúdo local e investimento social no desenvolvimento económico local

As determinações de conteúdo local tendem a direccionar-se do lado da procura, para trazer as empresas locais para a rede de abastecimento dos projectos de investimento estrangeiro. Paralelamente, os programas de desenvolvimento de conteúdo local empresarial podem também apoiar intervenções do lado da oferta, para qualificar as empresas locais como *fornecedores certificados*.

Do lado da procura, foi anunciado no final de 2014 que o governo se preparava para elaborar uma *Proposta de Lei do Conteúdo Local específica para o sector* para criar um enquadramento legal e regulamentar para a participação das empresas moçambicanas e dos cidadãos nos projectos da

---

<sup>29</sup> Ver Dietsche (2014) para uma discussão mais abrangente deste assunto.

indústria extractiva. Em resposta, várias empresas que já investiram no sector encomendaram estudos que confirmaram que Moçambique já tem em vigor um leque diversificado de políticas, estratégias, leis e regulamentos gerais e específicos do sector que definem objectivos e determinações de conteúdo local.<sup>30</sup> A Caixa 1 destaca alguns deles (de forma não exaustiva).

Em especial, poderia ser visto como um sinal positivo o facto de o actual governo não se ter precipitado a finalizar a proposta de lei, que até à data permanece pendente e continua a ser discutida entre os principais *stakeholders*. Outros países na região procuraram uma abordagem diferente e criaram leis de conteúdo local específicas do sector, que definem metas quantitativas obrigatórias de aquisição de bens e serviços. Na prática, contudo, essa legislação teve resultados bastante variados (Östensson 2017).

A razão pela qual a proposta de lei de 2014 ainda não foi concluída é que os *stakeholders* nacionais têm diferentes posições que ainda não foram concertadas. Uma posição promove uma abordagem por princípios, que procura focar o conteúdo local no ‘valor acrescentado ao país’. Esta posição destaca o ‘uso de factores de produção locais’ e o ‘desenvolvimento de cadeias de valor locais’ para diversificar a economia. Parece também concordar com um entendimento reflectivo-realista das capacidades existentes no sector privado, tendo em vista a identificação e o foco nas áreas de nicho onde o sector extractivo poderá muito provavelmente ir buscar factores de produção competitivos nacionais. Diz-se que os *stakeholders* no Ministério da Economia e Finanças (MEF), bem como a maioria dos *stakeholders* no Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME), são a favor desta posição.

A outra posição considera que as determinações do conteúdo local devem obrigar os fornecedores de bens e serviços estrangeiros registados localmente a garantir que cumprem as metas obrigatórias de co-propriedade moçambicana. As metas respectivas estão definidas como 15 ou 25 por cento. Aparentemente, é o sector privado moçambicano que está a fazer pressão por esta posição. Supostamente, o argumento técnico apresentado para sustentá-la é que este tipo de participação na propriedade das empresas ajudaria a transferir tecnologia e a entregar receitas de dividendos aos nacionais, que iriam depois reinvestir no país. Ao mesmo tempo, há algumas dúvidas sobre se os que fazem pressão por esta posição estão genuinamente interessados no empreendedorismo ou se estão antes a olhar para oportunidades de obtenção de rendas [*rent-seeking*].

#### **Caixa 1: Objectivos e determinações de conteúdo local**

A Política e Estratégia para os Recursos Minerais (Resolução n.º 89/2013 de 31 de Dezembro) e o Plano de Implementação a elas associado (2017) contêm várias referências ao conteúdo local, incluindo (1) promover o empreendedorismo local e a criação de parcerias ao longo de toda a cadeia de valor do sector da indústria de recursos naturais; (2) dar prioridade ao aumento dos benefícios para operadores/empresas nacionais e promover o estabelecimento de cooperativas e associações de PME's; (3) dar prioridade à exploração de recursos naturais que beneficiem o desenvolvimento de comunidades locais; (4) formar profissionais (por ex., geólogos, geo-químicos, engenheiros de minas e engenheiros de petróleo, além de juristas e especialistas fiscais, negociadores de contratos e auditores); e (5) incentivar a participação das mulheres.

A Lei de Minas (Lei n.º 20/2014 de 18 de Agosto) requer que as entidades jurídicas estrangeiras que prestam serviços a operações mineiras se associem a entidades jurídicas moçambicanas, e que os operadores de minas dêem preferência a produtos e serviços locais e garantam o emprego e a formação profissional de trabalhadores moçambicanos. A lei também exige que os contratos mineiros estipulem

---

<sup>30</sup> Ver também OCDE (2017). A USAID/DAI (2015) compilou um levantamento detalhado não publicado sobre as disposições de conteúdo local na legislação existente.

níveis mínimos para a aquisição local de bens e serviços e o emprego e formação de moçambicanos. O Regulamento da Lei de Minas (Decreto n.º 31/2015 de 31 de Dezembro de 2015) define orientações para a aquisição de bens e serviços.

A Lei do Petróleo e do Gás estipula igualmente que as empresas estrangeiras que prestam serviços a operações petrolíferas se associem a indivíduos ou empresas moçambicanas, e que os titulares de operações petrolíferas devem dar preferência a produtos e serviços locais quando estes são comparáveis em qualidade, quantidade e disponibilidade e não custam mais de 10 por cento acima dos bens e serviços importados, incluindo impostos. A lei também estipula que os contratos de partilha de produção contenham determinações sobre aquisição local de bens e serviços e emprego e formação de moçambicanos.

O Regulamento sobre o Processo de Reassentamento resultante de Actividades Económicas (Decreto n.º 31/2012 de 8 de Agosto de 2012) requer que às comunidades afectadas sejam dadas oportunidades de beneficiarem directamente dos projectos de investimento.

O Regulamento de Contratação de Cidadãos de Nacionalidade Estrangeira nos Sectores de Petróleo e Minas (Decreto n.º 63/2011 de 7 de Dezembro de 2011) aplica-se aos empregadores estrangeiros e nacionais e a todos os trabalhadores estrangeiros, impondo um regime de quotas que estipula que a quota-parte de trabalhadores estrangeiros no total da força de trabalho da empresa apenas pode ser de 5 por cento para empresas com mais de 100 trabalhadores; 8 por cento para empresas com 10–100 trabalhadores; e 10 por cento para empresas com até 10 trabalhadores. Além disso, há uma Estratégia de Formação e Capacitação de Recursos Humanos para o Sector de Recursos Minerais (2010–20). A Lei do Investimento (2004) requer também que os projectos de investimento aplicáveis criem um mínimo de 25 postos de trabalho para moçambicanos contratados directamente com início no segundo ano de operação, e que à força de trabalho moçambicana sejam dadas oportunidades de obter qualificações profissionais.

O Plano Director para o Gás Natural expressa a expectativa de que o sector do petróleo e do gás vá apoiar o desenvolvimento industrial prestado através do desenvolvimento das MPMEs em volta dos mega projectos do país. E prevê que serão implementadas medidas específicas para promover o crescimento das MPMEs na e em volta da cadeia de valor dos projectos de petróleo e gás. Sugere igualmente que o aumento das receitas fiscais será usado para estimular o desenvolvimento das MPMEs. Foi especificado um conjunto de indicadores para orientar as aprovações de projectos. Estes procuram avaliar os compromissos dos investidores com o uso de fornecedores moçambicanos e sugerem que os investidores desenvolvam e proponham planos de acção detalhados.

Fonte: autoras, com base nas leis e regulamentos discutidos.

Se foi decidido que seria necessária alguma forma de participação na propriedade, há também opiniões diferentes sobre se essa participação deve ser concretizada através acordos de participação [*carry arrangements*] que beneficiam indivíduos selecionados, ou se os beneficiários devem trazer os seus próprios recursos, ou seja, pelo menos partilhando os riscos em troca dos proveitos que a participação equitativa deveria proporcionar-lhes.

Em termos de implementação, entende-se que o MEF está a liderar o processo ainda pendente da Proposta de Lei do Conteúdo Local, enquanto o subsequente regulamento da lei do conteúdo local será elaborado pelo MIREME. O MEF também está a planear criar uma pequena unidade que realizará análises sectoriais relevantes para informar e monitorar a implementação da futura Lei do Conteúdo Local.

Menos claro é o papel que o MIC e o IPEME irão desempenhar. Os estudos MAGTAP reforçaram o facto de o IPEME estar mal preparado para apoiar as empresas do Grupo A, pois não tem o conhecimento e a experiência necessários para orientar o desenvolvimento dos fornecedores nas áreas de especialidade nas quais estas empresas operam. A participação directa nas redes de abastecimento da indústria extractiva requer o cumprimento de elevados padrões internacionais,



até porque o sector tem um nível muito reduzido de tolerância para com uma prestação atrasada ou de baixo nível.

Outras intervenções do lado da oferta incluem as experiências obtidas em programas de conteúdo local realizados no passado. É frequente a referência ao programa Mozlink relacionado com a Mozal, que teve origem nos primeiros tempos da fundição Mozal e foi liderado pelo IFC. Numa determinada fase, o programa incluía a participação de várias empresas estrangeiras que investiam em Moçambique. Os resultados parecem ter sido variados e este é um programa que já não existe.<sup>31</sup> Todas as principais referências ao programa pararam depois da avaliação realizada cerca de 2009/10. Há uma presunção de que nem todos os fornecedores desenvolvidos ao abrigo do programa acrescentaram valor internamente. Nem houve terceiros que tenham evoluído para assumir o papel que o IFC tinha procurado desempenhar.

Resumindo, os esforços recentes sugerem uma imagem inconclusiva sobre se o ‘conteúdo local’ pode realmente contribuir para a criação do capital nacional necessário para diversificar e transformar estruturalmente a economia do país de maneira a beneficiar a sua população rural. Parecem estar em curso alguns esforços experimentais que poderão contribuir de forma positiva para que algumas empresas obtenham o estatuto de *fornecedor certificado* (Lemos 2016; Lemos e Scur 2014).<sup>32</sup> No entanto, a lista de desafios que os inquéritos e estudos sobre MPMEs destacaram como constrangimentos ao desenvolvimento do sector privado sugere que o retrato do sector de recursos extractivos do país como a solução milagrosa para desenvolver a capacidade industrial interna podem ser demasiado promissor, pelo menos nas próximas duas décadas.

Outro esforço recente que poderá ter algum potencial no apoio ao desenvolvimento económico rural é a Política de Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extractiva de Recursos Minerais,<sup>33</sup> que o presidente aprovou em Maio de 2015 e que o (então) ministro dos recursos minerais e energia fez acompanhar de um *Guião de Implementação*<sup>34</sup> regulamentador que foi aprovado em Dezembro de 2016. Estes documentos referem-se ao objectivo de garantir que o sector contribui para o desenvolvimento económico local através do desenvolvimento e implementação, por parte das empresas petrolíferas, de gás natural e de exploração mineira, de planos de investimento social abrangentes e, nalguns casos, da negociação de acordos de desenvolvimento local (*Boletim da República* 2017: 100). Espera-se que os esforços empresariais para trazer benefícios para além da sua área de negócio principal dêem prioridade ao desenvolvimento de capital humano, às ligações aos negócios locais e à criação de emprego produtivo, e que ajudem as empresas locais a desenvolverem actividades económicas em volta dos projectos petrolíferos, de gás natural e de exploração mineira.

Embora a linguagem do Guião de Implementação da responsabilidade social empresarial (RSE) se sobreponha à linguagem que surge mais comumente nos debates sobre conteúdo local, os beneficiários-alvo são muito diferentes. O foco situa-se ao nível local, onde as autoridades públicas

---

<sup>31</sup> As autoras têm consciência que houve empresas individuais que deram continuidade aos seus próprios programas de desenvolvimento de fornecedores.

<sup>32</sup> Isto inclui a selecção de pequenas e médias empresas na indústria de manufactura e de construção e materiais de construção, para lhes fornecer formação em gestão e serviços de consultoria, destinados a melhorar a produtividade e o desempenho da empresa. Para uma análise adicional do sector da construção, ver também Cruz et al. (2018), Maugeri et al. (2015), e Cardno (2015).

<sup>33</sup> Decreto Presidencial n.º 11/2015 de 16 de Maio de 2015.

<sup>34</sup> Decreto Ministerial n.º 8/2017. O original intitula-se ‘Guião de Implementação da Política de Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extractiva de Recursos Minerais’ (Governo de Moçambique 2017).

subnacionais lutam por disponibilizar bens e serviços públicos fundamentais para a criação do capital nacional rural. Aqui, o guião deixa em aberto a questão de até que ponto os esforços de investimento social são negociados para se focarem mais estreitamente no *desenvolvimento de fornecedores*, ou se podem querer direccionar-se para o mais abrangente *desenvolvimento empresarial*, de modo a corresponderem às expectativas e necessidades das comunidades rurais impactadas e das respectivas autoridades distritais e provinciais.

A partir desta perspectiva de baixo para cima, as expectativas são habitualmente de apoio às oportunidades de geração de rendimento e (auto)emprego através de investimentos em capacidades locais e de ajuda às MPMEs locais para inovarem e a adoptarem novas tecnologias, no sentido de explorar a procura potencial de bens e serviços produzidos localmente. Os esforços organizacionais para apoiar este tipo de desenvolvimento empresarial em colaboração com as autoridades subnacionais, as comunidades e os parceiros de desenvolvimento orientados para a provisão de bens e serviços poderão ter algum potencial para trazer à tona e enfrentar conjuntamente algumas das barreiras institucionais que impedem os moçambicanos empreendedores nas zonas rurais de se tornarem mais produtivos e acederem aos mercados.

Talvez haja uma oportunidade na difícil situação do país de obtenção improvável de receitas substanciais dos recursos adicionais a médio prazo, apesar de um sector de recursos naturais em franco crescimento, *se* isso incentivar esforços colaborativos de apoio ao desenvolvimento do sector privado de baixo para cima. Não há espaço neste artigo para mergulhar nos detalhes qualitativos das medidas institucionais que até agora minaram o desenvolvimento das MPMEs. Conclui-se, por isso, referindo que seria aconselhável escrutinar mais de perto estes aspectos e trazê-los para o debate nacional sobre extractivas e desenvolvimento, em vez de promessas excessivas sobre a capacidade de disponibilização de conteúdo local num contexto nacional em que o fosso é particularmente grande entre a maior parte dos contributos que o sector pretende adquirir e contratar e os que a economia local produz.

## 5 Resumo

Este artigo partiu da perspectiva positiva a longo prazo sobre o sector dos recursos extractivos de Moçambique e da expectativa de que este vá contribuir para a diversificação económica e o desenvolvimento social, nomeadamente através da aquisição de bens e serviços produzidos localmente e da contratação de moçambicanos. Contudo, o artigo argumentou que, mesmo assim, as perspectivas são desafiantes para que este sector se ligue à economia local e contribua para a sua diversificação. Para além de mega projectos de financiamento estrangeiro e orientados para as exportações, a economia formal do país é muito pequena, de base rural e dominada por empreendedores que operam no nível mais baixo do espectro de MPMEs.

A actual situação fiscal, combinada com os atrasos vividos no desenvolvimento do sector do gás natural ao largo da costa, minam a assunção de que receitas adicionais do sector poderão ser usadas para financiar estratégias visionárias e planos destinados a alcançar diversificação económica e transformação através do uso destas receitas. Assim, o artigo colocou a seguinte questão: que outras opções existem para o governo garantir que os seus cidadãos beneficiam do sector dos recursos extractivos? Advertiu-se contra projecções optimistas que prometem excessivos impactos positivos e argumentou-se que o ónus reside na melhoria do ambiente político para um desenvolvimento do sector privado mais abrangente e focado na ruralidade, nomeadamente para equilibrar a crescente dependência da extracção e processamento de recursos minerais. O levantamento do ambiente político evoluiu ao longo do tempo e salientou que o governo em

exercício enfrenta o desafio de criar o tão necessário capital humano e outras formas de capital nacional, de formas que não dependam do uso de receitas adicionais.

Apesar de haver alguns sinais de afastamento do caminho infeliz que o governo anterior seguiu, não se sabe se os esforços mais recentes para apoiar o desenvolvimento das MPMEs vão permitir essa criação de capital nacional. No contexto de potenciais oportunidades disponibilizadas pelo aumento da procura por parte do sector extractivo, os resultados de uma série de estudos MAGTAP sugeriu que há duas escolhas não mutuamente exclusivas: colocar um foco mais direccionado no desenvolvimento de fornecedores, possivelmente ajudando algumas empresas a obterem o estatuto de *fornecedor certificado* como condição prévia para participarem *directamente* na cadeia de valor do sector; ou apoiar o desenvolvimento empresarial de forma mais abrangente, reconhecendo que a economia não extractiva de Moçambique é claramente de base rural. A discussão feita neste artigo sobre os recentes esforços para incentivar o conteúdo local e o investimento social no desenvolvimento económico local apresentou uma imagem inconclusiva em relação à primeira escolha e apontou cautelosamente para as oportunidades associadas à segunda, por oferecer pelo menos o potencial para inovar em torno do apoio a ‘indústrias sem chaminé’, que alguns observadores destacaram como a chave para o desenvolvimento do país.

Para as empresas estrangeiras que já investiram em Moçambique, parece claro que vão ter de ‘intensificar o seu jogo’ em termos dos esforços qualitativos que fizeram para ligar os seus projectos de investimento à economia nacional, seja ao nível da economia nacional ou ao nível das províncias, distritos e comunidades específicas onde as suas operações se localizam.

## Referências

- Addison, T. (ed.) (2003). *From Conflict to Recovery in Africa*. Oxford: Oxford University Press.
- AfDB, OCDE e PNUD (2016). 'Mozambique 2016'. In: *African Economic Outlook*. Paris: AfDB, OCDE e PNUD. Disponível em: [www.africaneconomicoutlook.org](http://www.africaneconomicoutlook.org).
- Andrews, M. (2013). *The Limits of Institutional Reform in Development: Changing Rules for Realistic Solutions*. Cambridge York: Cambridge University Press.
- Banco Mundial (2018). 'Mozambique Mining and Gas Technical Assistance Project—Procurement Plan (English)'. Relatório. Washington, DC: Banco Mundial. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/225411517300695137/Mozambique-AFRICA-P129847-Mozambique-Mining-and-Gas-Technical-Assistance-Project-Procurement-Plan> (acedido a 21 de Março de 2018).
- Bertelsmann Stiftung (2016). *Mozambique Country Report: Bertelsmann Transformation Index*. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung.
- Boletim da República* (2017). *Boletim da República: Publicação Oficial da República de Moçambique*. 16 de Janeiro de 2017.
- Bratton, M., e N. Van de Walle (1997). *Democratic Experiments in Africa: Regime Transition in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cardno (2015). *Market Systems Analysis of the Building Construction Sector in Cabo Delgado Province*. Relatório final, preparado para a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Maputo: Cardno.
- Community Insights Group & EnergyWorks (2017a). 'Study of Priority Niches for Value Chain Analysis with the Aim of Enhancing the Competitiveness of MSMEs Working with Large Mining, Oil & Gas Projects in Mozambique'. Study for the Mozambican Ministry of Industry and Commerce for the World Bank Mining and Gas Technical Assistance Project (MAGTAP). Singapura: Community Insights Group & EnergyWorks.
- Community Insights Group & EnergyWorks (2017b). 'Study on Enhancing the Competitiveness of National MSMEs to Participate within the Supply Chains of Large Mining, Oil & Gas Projects in Mozambique'. Study for the Mozambican Ministry of Industry and Commerce for the World Bank Mining and Gas Technical Assistance Project (MAGTAP). Singapura: Community Insights Group & EnergyWorks.
- Community Insights Group & EnergyWorks (2017c). 'Study to Propose a Framework of Incentives, Rates and Taxes with the Aim to Enhance the Competitiveness of MSMEs Working with Large Mining, Oil & Gas Projects in Mozambique'. Study for the Mozambican Ministry of Industry and Commerce for the World Bank Mining and Gas Technical Assistance Project (MAGTAP). Singapura: Community Insights Group & EnergyWorks.
- Cooperação Alemã (2018). *Resource Sector Mozambique: New Market—New Opportunities*. Hanôver: BGR, GIZ e AHK.
- Cruz, S.A., e F.J. Mafambissa (2016). 'Industries without Smokestacks: Mozambique Country Study'. WIDER Working Paper 2016/158. Helsínquia: UNU-WIDER.
- Cruz, S.A., D. Guambe, C.P. Marrenguela, e A.F. Ubisse (2014). 'Mozambique's Industrialization'. WIDER Working Paper 2014/059. Helsínquia: UNU-WIDER.
- Cruz, S.A., D. Guambe, C.P. Marrenguela, e A.F. Ubisse (2016). 'Mozambique's Industrial Policy'. In: C. Newman, J. Page, J. Rand, Abe. be Shimeles, M. Söderbom, e F. Tarp (eds),

- Manufacturing Transformation: Comparative Studies of Industrial Development in Africa and Emerging Asia*. Oxford: Oxford University Press.
- Cruz, S.A., F. Fernandes, F.J. Mafambissa, e F. Pereira (2018). ‘Construction Sector in Mozambique: An Overview’. WIDER Working Paper, a publicar. Helsinki: UNU-WIDER.
- Dietsche, E. (2014). ‘Diversifying Mineral Economies: Conceptualising the Debate on Building Linkages’. *Mineral Economics*, 27: 89–201.
- Dietsche, E. (2017). ‘New Industrial Policy and Extractive Industries’. WIDER Working Paper 2017/161. Helsinki: UNU-WIDER.
- FMI (2018). *Republic of Mozambique: Staff Report for the 2017 Article IV Consultation*. Washington, DC: Fundo Monetário Internacional.
- FinScope (2012). ‘FinScope MSME Survey Mozambique 2012’. Disponível em: [www.finmark.org.za/wp-content/uploads/2016/01/Rep\\_FS\\_Mozambique\\_MSME\\_20121.pdf](http://www.finmark.org.za/wp-content/uploads/2016/01/Rep_FS_Mozambique_MSME_20121.pdf) (acedido a 29 March 2018).
- Further Africa (2018a) ‘Mozambique Has Funds to Pay 17% of Its Debts to the Private Sector’, 15 de Março. Disponível em: <https://furtherafrica.com/2018/03/15/mozambique-has-funds-to-pay-17-of-its-debts-to-the-private-sector> (acedido a 22 de Março de 2018).
- Further Africa (2018b). ‘Afonso Dhlakama, Mozambique’s Opposition Leader, Dies at 65’, 4 de Maio. Disponível em: <https://furtherafrica.com/2018/05/04/afonso-dhlakama-mozambiques-opposition-leader-dies-at-65> (acedido a 8 de Maio de 2018).
- Further Africa (2018c) ‘Mozambique Proposes Constitutional Changes to Secure Peace Agreement’, 8 de Fevereiro. Disponível em: <https://furtherafrica.com/2018/02/08/mozambique-proposes-constitutional-changes-to-secure-peace-agreement> (acedido a 22 de Março de 2018).
- Governo de Moçambique (2017). ‘Guião de Implementação da Política de Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extractiva de Recursos Minerais’. Decreto Ministerial n.º 8/2017 de 16 de Janeiro.
- Hanlon, J. (2017). ‘Following the Donor-Designed Path to Mozambique’s US\$2.2 Billion Secret Debt Deal’. *Third World Quarterly*, 38(3): 753–70.
- ILPI (2013). *Political Economic Analysis of the Petroleum Sector in Mozambique*. Oslo: International Law and Policy Institute.
- Lachler, U., e I. Walker (2018). *Jobs Diagnostic Mozambique: Let’s Work*. Washington, DC: World Bank Group.
- Lemos, R. (2016). *Does Management Training and Consulting Services Improve Working Conditions, Worker Skills and Productivity, and Firm Performance in SMEs? Evidence from the Construction Industry in Mozambique*. Londres: International Growth Centre.
- Lemos, R., e D. Scur (2014). *Management Practices in Manufacturing in Mozambique*. Londres: International Growth Centre.
- Maugeri, N., V. Nhabinde, R. Quintella (2015). *Background Study for a Strategy and Policy Framework to Support the Development of the Construction and Building Materials Industry in Mozambique*. Londres: International Growth Centre.
- Melia, E. (2015). ‘The Political Economy of Extractive Resources’. Working Paper. Frankfurt: Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit.

- Mtegha, H., P. Leeuw, S. Naicker, e M. Molepo (2012). *Resource Corridors: Experiences, Economics and Engagement: A Typology of Sub-Saharan African Corridors*. Joanesburgo: EI Sourcebook/Universidade de Witwatersrand.
- OCDE (2017). ‘The Case of Mozambique’. In: *Local Content Policies in Minerals Exporting Countries. Case Studies*. Paris: OCDE.
- Orre, A., e H. Rønning (2017). *Mozambique: A Political Economic Analysis*. Relatório encomendado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros. Oslo: Instituto Norueguês de Assuntos Internacionais e Instituto Christian Michelsen.
- Östensson, O. (2017). ‘Local Content, Supply Chains, and Shared Infrastructure’. WIDER Working Paper 2017/96. Helsínquia: UNU-WIDER.
- PNUD (2016). ‘Mozambique’. Nota informativa para países sobre o Índice de Desenvolvimento Humano 2016. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Roe, A. (2018a). ‘Extractive Industries and Development: Lessons from International Experience for Mozambique’. WIDER Working Paper 2018/56. Helsínquia: UNU-WIDER.
- Roe, A. (2018b). ‘Extractive Industries and Development: Mozambique—Bust before Boom. Reflections on Investment Surges and New Gas’. WIDER Working Paper, a publicar. Helsínquia: UNU-WIDER.
- Sutton, J. com A.J. Pimpão, F. Simione, Q. Zhang, e S. Zita (2015). *An Enterprise Map of Mozambique*. Londres: International Growth Centre.
- UNU-WIDER (2018). ‘Survey of Mozambican Manufacturing Firms 2017’. Relatório descritivo. Copenhaga, Helsínquia e Maputo: Universidade de Copenhaga, UNU-WIDER, CEEG e Ministério Moçambicano de Economia e Finanças.
- USAID (2013). *Assessing Policy Options for Strengthening Local Content in Mozambique*. Relatório não publicado para o programa SPEED (Mozambique Support Program for Economic and Enterprise Development) da USAID.
- USAID/DAI (2015). ‘Analysis of National Content Provisions in Existing Legislation in Mozambique’. Relatório não publicado para o programa SPEED (Mozambique Support Program for Economic and Enterprise Development) da USAID.

**Apêndice A: Áreas de nicho sobrepostas às prioridades industriais estabelecidas na PEI (2015–24)**

Áreas de nicho identificadas com serviços adquiridos pelo sector de minas, petróleo e gás	Cinco indústrias prioritárias da PEI				
	Indústria agro-alimentar	Indústria química	Minerais não metálicos	Produtos metalúrgicos	Vestuário, têxteis e calçado
Serviços de <i>catering</i> e produção e distribuição de alimentos	X				
Produção e aluguer de equipamento de acampamento				X	X
Uniformes de segurança (botas, vestuário protector)		X			X
Materiais de construção: produção e fornecimento			X	X	
Serviços laboratoriais				X	
Químicos (tintas, solventes)		X			
Geo-serviços (geotecnia, geofísica, hidrogeologia)			X	X	
Serviços transversais — definidos como tendo potencial relevância em todas as indústrias prioritárias da PEI acima referidas					
AVAC	X	X	X	X	X
Fornecimento de consumíveis de escritório	X	X	X	X	X
Transporte de carga e logística	X	X	X	X	X
Rebobinagem de motores	X	X	X	X	X
Consultorias especializadas	X	X	X	X	X
Serviços de contabilidade e finanças	X	X	X	X	X
Aluguer: serviços de transporte e manutenção	X	X	X	X	X
Gestão de resíduos	X	X	X	X	X

Fonte: Community Insights Group & EnergyWorks (2017a), aqui reproduzido com autorização.

## Apêndice B: Nichos que partilham semelhanças e constrangimentos específicos

	Semelhanças	Nichos	Constrangimentos específicos do grupo
Grupo A	Serviços especializados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Serviços geológicos (geotecnia, geofísica, hidrogeologia)</li> <li>Serviços laboratoriais</li> <li>Gestão de resíduos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relativamente mais empresas pequenas (quase 70 por cento) e empresas médias (acima de 20 por cento), mas menos microempresas (pouco mais de 10 por cento)</li> <li>Boa quantidade de empresas criadas mais recentemente (quase 40 por cento com até cinco anos de actividade)</li> <li>Algumas empresas com capital estrangeiro e mais favoráveis a parcerias</li> <li>Relativamente mais empresas limitadas (61 por cento)</li> <li>Constrangimentos de recursos humanos, mencionaram formação com mais frequência</li> <li>Governo é um cliente-chave, seguido de grandes empresas</li> <li>Relativamente mais dependentes das importações (pouco mais de 70 por cento)</li> <li>Satisfeitas com negócios razoavelmente bons (mais de 50 por cento)</li> </ul>
	Logística e manutenção de transportes	<ul style="list-style-type: none"> <li>Transporte de carga e logística</li> <li>Rebobinagem de motores</li> <li>Alugueres: serviços de transporte e manutenção</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relativamente mais empresas pequenas (pouco mais de 50 por cento), mas também microempresas (pouco mais de 25 por cento) e empresas médias (pouco mais de 20 por cento)</li> <li>Relativamente mais representantes de empresas mais jovens</li> <li>Quase tantas empresas recém-criadas como empresas estabelecidas (48 por cento <i>versus</i> 52 por cento)</li> <li>Algumas empresas com capital estrangeiro (15 por cento)</li> <li>Relativamente mais empresários em nome individual ou sociedades unipessoais (quase 40 por cento)</li> <li>Menos favorável ao estabelecimento de parcerias</li> <li>Grandes empresas são clientes-chave</li> <li>Relativamente menos dependentes da confiança como base para procurar negócios</li> <li>Maior probabilidade de se envolverem em exportações (pouco mais de 30 por cento), mas também mais dependentes de importações (pouco mais de 70 por cento)</li> <li>Percepção de que o negócio piorou nos últimos anos (quase 60 por cento) e a enfrentarem dificuldades</li> <li>Falta de certificação é um desafio</li> </ul>
Grupo B	Áreas de nicho complementares	<ul style="list-style-type: none"> <li>Produção e aluguer de equipamento de acampamento</li> <li>Material de construção: produção e fornecimento</li> <li>Produtos químicos (tintas, solventes)</li> <li>AVAC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relativamente mais pequenas empresas (acima de 80 por cento), muito poucas microempresas (menos de 10 por cento) e menos médias empresas (pouco mais de 10 por cento)</li> <li>Relativamente mais empresas estabelecidas (65 por cento com 10 anos ou mais de actividade)</li> <li>Maiores preocupações com constrangimentos financeiros e fiscais</li> <li>Base de clientes mais diferenciada</li> <li>Satisfeitas com negócio razoavelmente bom (acima de 50 por cento)</li> </ul>
	Produtos transversais a sectores e empresas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Uniformes e botas pré-especificados</li> <li>Serviços de <i>catering</i>, produção e distribuição de alimentos</li> <li>Fornecimento de consumíveis de escritório</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relativamente mais pequenas empresas (quase 70 por cento), e também microempresas (pouco mais de 30 por cento); inexistência de empresas médias</li> <li>Relativamente mais representantes mais velhos, bem como com relativamente menos escolaridade (ainda assim com nível secundário de escolaridade)</li> <li>Relativamente mais empresas estabelecidas (pouco mais de 80 por cento)</li> <li>Relativamente mais empresários em nome individual ou sociedades unipessoais (pouco mais de 25 por cento)</li> <li>Menos favoráveis a parcerias</li> <li>Equipamento é um constrangimento</li> <li>Principais clientes são indivíduos</li> </ul>



---

Serviços transversais a sectores e empresas

- Serviços de contabilidade e finanças
- Serviços especializados de consultoria

- Percepção de que o negócio piorou nos últimos anos (quase 60 por cento) e a enfrentar dificuldades
- Relativamente mais pequenas empresas (pouco menos de 60 por cento), e também microempresas (quase 40 por cento); inexistência de empresas médias
- Relativamente mais empresas estabelecidas (pouco mais de 60 por cento)
- Mais favoráveis ao estabelecimento de parcerias
- Constrangimentos de recursos humanos, mencionaram formação com mais frequência
- A enfrentar questões legais e regulamentares
- Principais clientes são outras PME
- Relativamente menos dependentes da confiança como base para procurar negócios
- Maior probabilidade de se envolverem em exportações (pouco mais de 30 por cento) e menos dependentes de exportações
- Acesso a serviços bancários é fundamental (100 por cento)
- Falta de certificação é um constrangimento

---

Fonte: Community Insights Group & EnergyWorks (2017c), aqui reproduzido com autorização.